

ÍNDICE

	Pág.
ABREVIATURAS	7
MODO DE CITAR	13
NOTA À 8ª EDIÇÃO	15

INTRODUÇÃO

1. Objeto do direito industrial	19
1.1. As diferentes propostas	19
1.2. Perspetiva adoptada	23
2. Razão de ordem	28
3. Natureza jurídica do direito privativo industrial	29
3.1. As posições em confronto	29
3.2. Posição adoptada	33

PARTE I PATENTES DE INVENÇÃO

CAPÍTULO I. OBJETO DE PATENTE	39
1. Introdução	39
2. Objeto	43
2.1. Noção de invenção	43
2.2. Requisitos do objeto	45
2.3. Casos especiais de patenteabilidade	61
2.4. Invenções biotecnológicas (síntese)	66

	Pág.
3. Requisitos de patenteabilidade	67
3.1. Novidade	68
3.2. Atividade inventiva	71
3.3. Suscetibilidade de aplicação industrial	73
 CAPÍTULO II. AS VIAS DE PROTEÇÃO DA INVENÇÃO	 75
1. As vias nacional, europeia e internacional	75
1.1. A via nacional de proteção	75
1.2. A via europeia de proteção (sem efeito unitário e com efeito unitário)	84
1.3. A via internacional de proteção	89
 CAPÍTULO III. O DIREITO DE PATENTE	 93
1. Âmbito de proteção	93
2. Doutrina dos equivalentes	101
3. Direitos conferidos pela patente	111
3.1. Limites ao direito de patente	114
4. Condições de utilização	118
4.1. Obrigatoriedade de exploração	118
4.2. Licenças obrigatórias	118
5. Transmissão e licença de patente	122
5.1. Transmissão	122
5.2. Licença	125
6. Invalidade da patente	128
6.1. Nulidade	128
6.2. Anulabilidade	132
7. Certificado complementar de proteção para medicamentos e produtos fitofarmacêuticos	133

PARTE II DESENHOS OU MODELOS

Introdução	141
1. Noção de desenho ou modelo	142
2. Noção de produto	144
3. Requisitos de proteção	145
3.1. Novidade	145
3.2. Carácter singular	146
4. Exclusões específicas de proteção	149

	Pág.
4.1. As formas técnicas	149
4.2. As interconexões	151
5. Direito ao desenho ou modelo	152
6. Direito de prioridade	153
7. Processo de registo nacional	154
8. Conteúdo do direito registado	157
9. Limitações ao direito	158
10. Esgotamento do direito	159
11. Extinção do direito registado	159
12. Desenho ou modelo e direito de autor	161
13. Desenho ou modelo e direito de marcas	165
14. Desenho ou modelo comunitário	167
15. Registo internacional de desenho ou modelo	169

PARTE III MARCAS

CAPÍTULO I. FUNÇÃO JURÍDICA DA MARCA	173
1. Função jurídica da marca	173
1.1. Função distintiva	174
1.2. Função de qualidade	180
1.3. Função publicitária	181
CAPÍTULO II. AQUISIÇÃO DO DIREITO DE MARCA	187
Introdução	187
1. O Registo	191
1.1. Sistema de controlo	191
1.2. Natureza jurídica do ato final de registo e do recurso deste ato	193
CAPÍTULO III. PROIBIÇÕES ABSOLUTAS AO REGISTO DA MARCA	197
§. Justificação	197
1. Marca composta por sinal não possível	198
1.1. Marca constituída exclusivamente pela forma ou por outra característica imposta pela natureza do produto, necessária à obtenção de um seu resultado técnico ou que lhe confira valor substancial	201
2. Marca sem capacidade distintiva	209
2.1. Marca composta por sinal genérico, descritivo, usual e fraco	209
2.2. <i>Secondary meaning</i>	224

	Pág.
3. Falta de legitimidade para registar	228
4. Marca composta por sinais distintivos do Estado, Municípios ou de outras Entidades Públicas ou Particulares, Nacionais ou Estrangeiras, por emblema e denominação da Cruz Vermelha ou de outros organismos semelhantes e por outros sinais abrangidos pelo artigo 6 ^o -ter da CUP	234
5. Marca composta por sinais de elevado valor simbólico	236
6. Marca composta por expressões ou figuras contrárias à lei, moral, ordem pública e bons costumes	236
7. Marca enganosa	237
8. Marca composta por sinais ou indicações que contrariem o disposto na legislação nacional, na legislação da União Europeia ou em acordos internacionais de que a UE seja parte, que conferem proteção a denominações de origem ou indicações geográficas	240
9. Marca composta por sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, menções tradicionais para o vinho que se encontrem protegidas pela legislação da União Europeia ou por acordos internacionais de que a UE seja parte	243
10. Marca composta por sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, especialidades tradicionais garantidas que se encontrem protegidas pela legislação da União Europeia ou por acordos internacionais de que a UE seja parte	244
11. Marca composta por sinais ou indicações que contenham, em todos ou alguns dos seus elementos, denominações de variedades vegetais que se encontrem protegidas pela legislação da União Europeia ou por acordos internacionais de que a UE seja parte	245
12. Marca cujo pedido de registo seja efetuado de má-fé	246
 CAPÍTULO IV. PROIBIÇÕES RELATIVAS AO REGISTO DA MARCA	 249
1. Marca que seja reprodução ou imitação de marca anteriormente registada	249
1.1. Requisitos de imitação	251
1.2. Perfil do consumidor	261
1.3. Outros aspetos	262
2. Marca confundível com logótipo de terceiro	264
3. Marca composta por sinais confundíveis com denominação de origem ou indicação geográfica protegida pela legislação nacional, da União Europeia ou de acordos internacionais de que a UE seja parte	266
4. Marca composta por sinais que constituam infração de outros direitos de propriedade industrial e de direitos de autor	267
	Pág.

5. Marca composta por nomes individuais ou retratos de outrem	268
6. Marca cujo registo seja suscetível de constituir um ato de concorrência desleal	271
7. Marca de agente sem autorização do titular	273
8. Marca que seja imitação de embalagens ou rótulos não registados	274
9. Marca que seja reprodução ou imitação de marca notória	275
10. Marca conflituante com marca de prestígio	280
CAPÍTULO V. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE MARCA	289
1. Introdução	289
2. Esgotamento do direito de marca	290
2.1. Noção	290
2.2. Jurisprudência da União Europeia	293
3. Uso descritivo da marca	310
CAPÍTULO VI. TRANSMISSÃO, LICENÇA E <i>MERCHANDISING</i> DE MARCA	315
1. Transmissão de marca	315
2. Licença de marca	317
3. <i>Merchandising</i> de marca	321
CAPÍTULO VII. CANCELAMENTO DO REGISTO	331
1. Invalidez	331
1.1. Nulidade	332
1.2. Anulabilidade	333
1.3. Regime jurídico de invalidez	334
2. Caducidade	337
2.1. Falta de uso sério da marca	337
2.2. Conversão da marca na denominação usual do produto ou serviço	344
2.3. Uso enganoso da marca	346
CAPÍTULO VIII. MARCA DA UNIÃO EUROPEIA E REGISTO INTERNACIONAL DE MARCAS	351
1. Marca da União Europeia	351
1.1. Introdução	351
1.2. Regime jurídico	352
1.3. Marca da União Europeia <i>versus</i> marca nacional	355
1.4. Sistema de recursos e ações judiciais	355
2. Registo Internacional de Marcas	357
2.1. Acordo de Madrid de 1891	357
2.2. Protocolo Referente ao Acordo de Madrid de 1989	359

PARTE IV
OUTROS DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

1. Modelos de utilidade	363
2. Logótipos	370
3. Denominações de origem e indicações geográficas	375

PARTE V
CONCORRÊNCIA DESLEAL

1. A origem e evolução do instituto	383
2. O Direito português	390
3. Ato desleal de concorrência	391
3.1. Ato de concorrência	392
3.2. Contrário a normas e usos honestos	395
3.3. De qualquer ramo de atividade económica	396
4. Tipologia de atos desleais	397
4.1. Atos de confusão	397
4.2. Atos de descrédito	400
4.3. Atos de aproveitamento	402
4.4. Atos enganosos	402
5. Atos desleais atípicos	404
6. Natureza jurídica da concorrência desleal	405
§. Autonomização do ilícito da violação dos segredos comerciais	406
 BIBLIOGRAFIA	 413